



## NOVA REFORMA TRABALHISTA: MAIS ATAQUES AOS TRABALHADORES



No último dia 29 de novembro, o Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET) apresentou um estudo encomendado pelo governo Bolsonaro (PL) com o objetivo de subsidiar uma nova Reforma Trabalhista. O texto contém, pelo menos, 330 alterações em dispositivos legais, além da inclusão de mais 110 regras. Outras 180 regras seriam alteradas e 40 revogadas.

A maioria do GAET é ligada ou representativa do setor patronal, assim como todo o governo Bolsonaro. Portanto, é de se esperar que o estudo servirá para embasar mais ataques contra a classe trabalhadora. De acordo com o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, a proposta visa dar garantia jurídica para que as empresas possam fazer contratações precárias sem serem questionadas pela Justiça, como vem ocorrendo. Ela também busca ampliar as iniciativas que excluem os sindicatos da tarefa de representação coletiva, restringindo, ao máximo, a atuação sindical.

Entre as propostas de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Constituição estão o trabalho aos domingos e a proibição do reconhecimento de vínculo de emprego entre prestadores de serviço, como motoristas e aplicativos.

Caso a proposta seja aprovada, haverá alteração no artigo 67 da CLT e deixará de existir a vedação ao trabalho em domingos, desde que ao menos uma

folga a cada 7 (sete) semanas recaia nesse dia. Sobre a desvinculação do trabalhador de aplicativo, pelo texto, o artigo 3º da CLT deverá afirmar expressamente que "não constitui vínculo empregatício o trabalho prestado entre trabalhador e aplicativos informáticos de economia compartilhada".

Representantes das Centrais Sindicais, entre elas a CUT, criticaram o fato de que o projeto foi elaborado sem o diálogo social e a participação dos trabalhadores por meio de sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais. Em nota, afirmam que "Ao invés de modernizar estão restabelecendo a mentalidade da República Velha, a perversa lógica escravista, e o predomínio da força ao invés do entendimento nas relações de trabalho".

O governo Bolsonaro enfrenta suas crises sem deixar de avançar contra os direitos dos trabalhadores. A crise política do País é reflexo da crise econômica da burguesia que sustenta esse governo, porque precisa escravizar a classe trabalhadora para manter suas taxas de lucro. Trata-se da face mais violenta da ditadura de uma minoria exploradora sobre uma maioria explorada.

É preciso unificar os movimentos combativos da classe operária, organizar uma ampla mobilização e ganhar as ruas. O momento exige unidade na luta!

## MESMO COM LUCRO, PAULO GUEDES INSISTE NA PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS



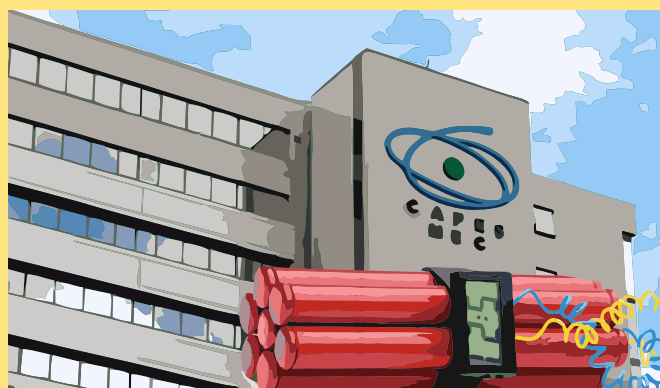
Enquanto o Governo se desfaz em meio a escândalos de corrupção, o ministro da Economia, Paulo Guedes tenta mais uma investida para privatizar os Correios. Na última semana, Guedes insinuou, sem nenhuma base em dados concretos, que as Estatais perderão todo seu valor e que por isso deveriam ser privatizadas agora.

Mas, por que alguém compraria algo que está para acabar? Na verdade, os Correios são altamente lucrativos e por isso o Governo quer entregar para os “amigos do rei” da iniciativa privada. Os Correios

anunciaram na última semana novo recorde de postagens de encomendas, o que significa uma previsão de 2,5 Bilhões de reais de lucro para a Estatal no ano de 2021.

O Governo vai continuar sua pressão para aplicar a política neoliberal e entregar todo patrimônio do Brasil nas mãos de capitalistas internacionais. É por isso que os trabalhadores das estatais devem se unificar em uma luta conjunta contra a privatização das Estatais. Somente uma luta unificada pode impedir a entrega do patrimônio do povo.

## CRISE NA CAPES



No início de dezembro, 80 pesquisadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pediram desligamento de suas funções. Ligado ao Ministério da Educação (MEC), o órgão é responsável por avaliar os programas de pós-graduação de mestrado e doutorado do país, autorizando ou não o seu funcionamento.

Os demissionários alegam que a atual presidência da Capes não tem se dedicado à defesa das avaliações, que estão suspensas por uma decisão judicial desde setembro. O trabalho desses coordenadores e consultores na Capes é voluntário. São professores ligados a alguma instituição de ensino e que cumprem à parte funções na entidade.

O objetivo do governo é favorecer a abertura de novos cursos privados, sem os entraves das avaliações da Capes. Trata-se de mais um episódio de destruição da Educação Superior Pública e da produção científica nacional, em favor dos interesses dos grupos privados que comercializam a Educação.

## TODO APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES DA CEMIG



Os trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) entraram em greve, por tempo indeterminado, no dia 29 de novembro, contra a intransigência do governador Romeu Zema (Novo) em negociar as reivindicações da categoria.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Energética em Minas Gerais (Sindieletró-MG), entre vários itens, estão na pauta de reivindicações dos trabalhadores o reajuste salarial de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para o período de 1º de novembro de 2020 a 31 de outubro de 2021 e manutenção das conquistas anteriores.

A direção da empresa enviou à direção do Sindieletró-MG uma contraproposta retirando uma série de direitos e conquistas dos eletricitários construídas ao longo dos quase 70 anos de existência da estatal. Trata-se de uma política deliberada do governo Zema de atacar os direitos dos trabalhadores para favorecer a privatização da empresa.